

**TERMO DE FOMENTO Nº 22/2025****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E O AMPARO EURIPEDES NOVELINO**

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº ***.351.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.269.*** SSP – MG, residente e domiciliado nesta cidade e o **AMPARO EURIPEDES NOVELINO**, inscrito no CNPJ sob nº. 23.097.645/0001-90, com sede na Rua Vereador João Pacheco nº 944 Bairro Cristo Redentor, no município de Patos de Minas, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pela Presidente Érika Fernandes Araújo Vita, nacionalidade brasileira, portadora do C.P.F nº ***.289.***-**, Carteira de Identidade nº MG-*.502.*** PC/MG, residente no município de Patos de Minas, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se nas Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.718 de 26/07/2024 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 8.775 de 19/12/2024, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.776 de 19/12/2024, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **6003-25-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando a manutenção da instituição e consequentemente a continuidade dos serviços, programas e projetos de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias., conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações



referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) correndo a despesa à conta da dotação orçamentárias:

R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)

01.08.02.00.08.244.0007.2.0080, UG 01.08.02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0007, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (5.609)

R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

01.08.02.00.08.244.0007.2.0911, UG 01.08.02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0007, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (5.614)

O valor deverá repassado em parcela única

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 577602029-4, Agência nº 0142 – Caixa Econômica Federal**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.



4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante OSC

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;



- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/12/2025**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;



IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 A servidora Andréia Aparecida Soares, matrícula 19734 e Karine Bento Ferreira Nogueira, matrícula: 22818, foi oficialmente designada como gestoras da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023, alterada pela Portaria 4.747 de 04 de outubro de 2023.

7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.



§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.



§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.



8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES



11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Érika Fernandes Araújo Vita
Presidente

22-2025 AMPARO EURIPEDES NOVELINO - 5609 5614 pdf

Código do documento 2b499dfd-884d-472c-bde4-30c7516152d2



Assinaturas

 LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA
documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como parte

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA

 Erika Fernandes Araújo Vita
erika@erikavita.com.br
Assinou como parte



 Cídia Costa Vargas
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Cídia Costa Vargas

 Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

F.

 Alanna Marta Oliveira Reis
alanna@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha



 Pollyana Geralda Silva Sousa
pollyana@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

Pollyana Geralda Silva Sousa

Eventos do documento

16 Apr 2025, 15:45:21

Documento 2b499dfd-884d-472c-bde4-30c7516152d2 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-04-16T12:45:21-03:00

16 Apr 2025, 15:49:04

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-04-16T12:49:04-03:00

16 Apr 2025, 17:06:21

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email: alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.21 (138-0-66-21-static.onnettelecom.com.br porta: 62900) - [Geolocalização: -18.5942579 -46.5126613](#) - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE_ATOM: 2025-04-16T14:06:21-03:00

16 Apr 2025, 17:25:32

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA **Assinou como parte** (6ed65cfe-cd52-4bc0-a294-4b4038d8a7e9) - Email: documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 177.191.94.236 (177-191-094-236.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 60250) - **Geolocalização: -18.59211447846173 -46.51488158014109** - Documento de identificação informado: 056.351.466-35 - DATE_ATOM: 2025-04-16T14:25:32-03:00

16 Apr 2025, 18:30:06

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.21 (138-0-66-21-static.onnettelecom.com.br porta: 21694) - **Geolocalização: -18.5942579 -46.5126613** - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE_ATOM: 2025-04-16T15:30:06-03:00

17 Apr 2025, 14:12:57

ERIKA FERNANDES ARAÚJO VITA **Assinou como parte** - Email: erika@erikavita.com.br - IP: 172.225.82.178 (a172-225-82-178.deploy.static.akamaitechnologies.com porta: 60704) - **Geolocalização: -18.58455910560133 -46.500744152127474** - Documento de identificação informado: 003.289.356-62 - DATE_ATOM: 2025-04-17T14:12:57-03:00

22 Apr 2025, 15:23:26

CÍDIA COSTA VARGAS **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.21 (138-0-66-21-static.onnettelecom.com.br porta: 8044) - Documento de identificação informado: 034.296.356-24 - DATE_ATOM: 2025-04-22T15:23:26-03:00

22 Apr 2025, 15:35:49

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.21 (138-0-66-21-static.onnettelecom.com.br porta: 28224) - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE_ATOM: 2025-04-22T15:35:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):4c3385a95e6b65dabd0c8ac2ef94340b3f9f77064493236e1060ac9c9a1e3655

(SHA512):a18fb80ef695daa676f9ee23ecac59745ae096a1b606e45eee59617dd606aa7fc7568cd4081bd4de2872547bad5c2667a3283c677cff297ca2a9287fb329df8e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela **D4Sign**

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC

Razão Social: Amparo Eurípedes Novelino		CNPJ: 23.097.645/0001-90	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.): Rua Vereador João Pacheco, nº 944			
Bairro: Várzea	Cidade: Patos de Minas - MG	CEP: 38700-248	
E-mail da Instituição amparomaternalpatos@gmail.com	Site da instituição https://www.facebook.com/amparopatosdeminas/ https://www.instagram.com/amparopatos/		
Telefone 1: (34) 3825-5010	Telefone 2: (34) 9 9636-0589	Telefone 3: ()	
Número da conta corrente 577602029-4	Agência 0142	Banco CEF	Operação 013

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome: Erika Fernandes Araujo Vita		CPF:	
Nº RG:	Órgão Expedidor:	Cargo/Função: Presidente	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.):			
Bairro:	Cidade:	Período de Mandato 04/12/2024 a 03/12/2026	
Telefone 1: ()	Telefone 2:	Telefone 3	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Amparo Eurípedes Novelino, visando a manutenção da instituição e conseqüentemente a continuidade dos serviços, programas e projetos de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias.	
Período de Execução 05 meses após recebimento do recurso Abrangência Patos de Minas / MG	Nº de Beneficiários que serão atendidos 160 crianças e adolescentes Valor recurso do Município RS 78.000,00 Valor Contrapartida da OSC: RS 6,18 Valor total (RS) 78.006,18



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

4. JUSTIFICATIVA

A instituição “Amparo Eurípedes Novelino”, está em funcionamento regular desde 01/08/1992. Caracteriza-se como uma entidade prestadora de serviço na área da Assistência Social, ofertando um conjunto de projetos que integram a proteção social básica, de caráter filantrópico, de direito privado, de fins não lucrativos, com vigência indeterminada e em conformidade com a Política de Promoção, Proteção, Defesa e Atendimento dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Trabalhando dentro das redes tradicionais de socialização e vínculos, diante de situações vividas por crianças e adolescentes de 04 a 16 anos em diversas situações, como vulnerabilidade social, vivência de desigualdades sociais, pobreza e exclusão social.

A parceria entre o poder público e as instituições filantrópicas é fundamental para ampliar o alcance e a eficiência das políticas sociais. Algumas das principais razões para essa colaboração são: a complementação de serviços, visto que as instituições filantrópicas muitas vezes preenchem lacunas deixadas pelo setor público, oferecendo assistência em áreas como saúde, educação e assistência social; a aproximação com a população, pois muitas dessas organizações estão inseridas diretamente nas comunidades, o que facilita o acesso a populações vulneráveis; e a redução de custos para o Estado, uma vez que o governo pode otimizar recursos ao investir em iniciativas que já possuem estrutura e experiência.

Além disso, com parcerias formais, é possível estabelecer regras claras de financiamento, fiscalização e prestação de contas, garantindo o bom uso dos recursos públicos. Incentivar e fortalecer instituições sem fins lucrativos contribui para consolidar um sistema de proteção social mais sólido e diversificado.

Dessa forma, a colaboração entre o setor público e as instituições filantrópicas desempenha um papel essencial no bem-estar social, promovendo inclusão e oferecendo atendimento de qualidade a quem mais precisa.

O projeto de solicitação de subvenção tem como principal objetivo garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela instituição, sendo a maior parte do recurso destinada ao pagamento de colaboradores. Essa destinação se justifica pelos seguintes fatores, por ser essencial a mão de obra, os colaboradores desempenham um papel fundamental na execução das atividades da instituição, garantindo o atendimento direto ao público-alvo e a manutenção das ações sociais desenvolvidas. Por ser a maior despesa da instituição, o custo com pessoal representa o principal investimento da organização, visto que os serviços oferecidos são essencialmente baseados na atuação humana, como atendimentos, assistência e suporte à comunidade. Garantir a continuidade dos serviços, sem a cobertura dos custos salariais e/ou encargos sociais, a instituição pode enfrentar dificuldades para manter suas atividades regulares, comprometendo o impacto social gerado e a assistência prestada aos beneficiários. A valorização das profissionais, pois, o pagamento das colaboradoras assegura não apenas a regularidade dos serviços, mas também a valorização do trabalho social, garantindo condições dignas de atuação e motivação para um atendimento de qualidade.

Pensando na eficiência, precisão e conformidade legal no controle da jornada de trabalho dos colaboradores, iremos adquirir o relógio de ponto digital, pois atualmente a instituição usa o registro através do ponto em cartão cartolina. Com essa aquisição buscamos, maior precisão e confiabilidade, visto que, o relógio de ponto digital reduz erros manuais e fraudes, garantindo registros mais exatos das horas trabalhadas, automatização e facilidade na gestão, pois os dados são armazenados eletronicamente, facilitando a geração de relatórios e a integração com sistemas de folha de pagamento, conformidade com a Legislação Trabalhista, pois é sabido que toda empresa precisa seguir normas trabalhistas, como a CLT no Brasil, que exige controle rigoroso do ponto para evitar problemas jurídicos e por último buscamos com essa compra também a redução de custos operacionais, minimiza o tempo gasto com cálculos manuais e evita pagamentos indevidos por erros de registro.

Os impactos da falta de acesso a água e saneamento para a saúde são amplos e vão além de doenças, afetando o bem-estar social e mental. Além disso, é provável que a mudança climática exacerbe muitas doenças e riscos que não são totalmente capturados nas estimativas atuais, assim, preocupados com melhoria da qualidade da água para consumo, proteção da saúde, propomos neste plano a compra de um filtro de água como uma solução eficaz para garantir água de qualidade, o filtro Soft remove impurezas, sedimentos, cloro, gostos e odores desagradáveis, proporcionando água mais limpa e saudável. Promovendo saúde, o filtro



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

proporciona a eliminação de substâncias químicas e partículas nocivas reduzindo riscos de doenças e melhora a qualidade da hidratação. Economia, reduz-se a necessidade de comprar água engarrafada, diminuindo custos e o impacto ambiental do descarte de plásticos e praticidade no dia a dia, o filtro Soft é prático, tem longa durabilidade e exige pouca manutenção, garantindo água filtrada de forma contínua.

A aquisição de um telefone celular se torna um investimento essencial para aprimorar a captação de doadores, fortalecendo a comunicação e aumentando o impacto da iniciativa, contribuir com a eficiência na comunicação, ampliando o alcance e otimização do processo de captação proporcionando, agilidade na comunicação, o celular permite contato rápido e direto com potenciais doadores, aumentando as chances de engajamento, maior alcance e acessibilidade, com um telefone móvel, é possível contatar pessoas em diferentes regiões e horários, ampliando as oportunidades de captação, facilidade para pesquisas e estratégias, com o acesso à internet possibilita buscas por informações sobre novos doadores, além de facilitar o uso de aplicativos e redes sociais para campanhas de arrecadação. Com a flexibilidade e mobilidade o celular permite que a equipe realize ligações e pesquisas de qualquer local, otimizando o tempo e aumentando a produtividade, diferente de telefones fixos. Com um celular, é possível armazenar dados de doadores, acompanhar históricos de doações e manter um fluxo contínuo de comunicação, através de registros e organização de contatos.

A aquisição de gás de cozinha (GLP) é essencial para a execução das atividades da instituição, garantindo a preparação de alimentos para os beneficiários atendidos. Como instituição filantrópica, nossa missão inclui fornecer refeições diárias as 160 crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo segurança alimentar e bem-estar. O uso dos recursos do projeto para essa finalidade se justifica pela necessidade de manter a continuidade dos serviços prestados, assegurando a adequada preparação e distribuição de refeições. Sem o gás de cozinha, a instituição não pode cumprir esse compromisso, impactando diretamente a qualidade de vida dos atendidos.

Portanto, solicitamos a aprovação para a compra do gás de cozinha, assegurando a plena execução das ações previstas no projeto e garantindo que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e alinhada aos objetivos institucionais.

Todo processo de compras estará em conformidade com a finalidade da Subvenção, prezamos pela aplicação dos recursos no pagamento de pessoal e compras de materiais permanentes esteja alinhada com os princípios da subvenção, permitindo que a instituição cumpra sua missão social de forma sustentável e eficiente. Dessa forma, a destinação da subvenção se mostra essencial para a continuidade, qualidade e efetividade das ações da instituição, garantindo que os serviços oferecidos alcancem plenamente a comunidade beneficiada.

Referências:

Plano Nacional de Promoção, Proteção, e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: 2006.

5. DESCRIÇÃO DA OSC (PROJETO/ATIVIDADE)

A instituição “Amparo Eurípedes Novelino”, está em funcionamento regular desde 01/08/1992, com sede própria no município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais. Com horário de atendimento de segunda-feira a sexta-feira das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas. Caracteriza-se como uma entidade prestadora de serviço na área da Assistência Social, ofertando um conjunto de projetos que integram a proteção social básica, de caráter filantrópico, de direito privado, de fins não lucrativos, com vigência indeterminada e em conformidade com a Política de Promoção, Proteção, Defesa e Atendimento dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

A instituição atua nas áreas de assistência social, direitos das crianças e adolescentes por meio da execução



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

de programas de proteção em regime de orientação e apoio sócio familiar, saúde e bem-estar. Promove várias ações dentre elas estão acompanhar, incentivar e contribuir para o desenvolvimento escolar, a inserção e reinserção e permanência no sistema educacional. Atividades de educação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental, atuar junto a criança, adolescente e família gerando uma consciência acerca da sexualidade. Incentivar o desenvolvimento as atividades culturais, protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes.

O Amparo oferece diretamente serviços gratuitos e permanentes para crianças e adolescentes de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e, de forma indireta, para as respectivas famílias das crianças e adolescentes atendidos. Nossa Missão é garantir o apoio para crianças e adolescentes e contribuir para um futuro melhor através dos valores que são transmitidos na instituição. Nossa Visão é ser reconhecido como uma instituição que ampara crianças e adolescentes contribuindo para o desenvolvimento das mesmas. Nossos Valores são o acolhimento, solidariedade, ética, transparência, humanização e sustentabilidade. Atualmente atendemos 160 crianças/adolescentes com idade de 04 a 16 anos. Oferecemos diariamente auxílio nas atividades escolares, tendo em vista que os inscritos frequentam o Amparo em contraturno as aulas escolares, ofertamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, as crianças tem aulas de dança, esportes e diariamente os inscritos recebem uma refeição completa.

As atividades do Amparo são mantidas através de doações, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, também contamos com a participação da elaboração projetos visando a contemplação dos repasses de recurso municipal através de emendas parlamentar. Anualmente o Amparo arrecada média de R\$ 480.00,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) vindos de doações em dinheiro, rifas, bazar e eventos. O Amparo busca constantemente melhorar nossos recursos próprios, participar de projetos, sempre com o intuito de atender o maior número de crianças/adolescentes preocupados em promover a inclusão social, reduzir desigualdades e garantir o desenvolvimento integral das novas gerações. A instituição busca atender o maior número de crianças/adolescentes conscientes da importância do nosso trabalho desenvolvido. Buscamos trabalhar com uma metodologia afetiva, priorizamos um ambiente acolhedor e seguro, onde cada criança e família se sinta valorizada e respeitada, aplicada diariamente, que combina o acompanhamento educacional, onde apoiamos as crianças com reforço nas atividades escolares, auxiliando na compreensão dos conteúdos e na realização das tarefas. Esse suporte visa complementar o ensino regular, estimulando o desenvolvimento acadêmico e evitando a evasão escolar. A promoção da saúde física, pois acreditamos que o desenvolvimento físico é tão importante quanto o intelectual e emocional. Por isso, oferecemos atividades físicas e recreativas, que promovem não apenas a saúde, mas também a integração social e o bem-estar emocional das crianças e o suporte às famílias, reconhecemos que cada família enfrenta diferentes desafios e, por isso, oferecemos assistência personalizada com base nas necessidades específicas de cada uma. Isso pode incluir desde terapias, orientações sobre saúde e alimentação, até suporte em questões sociais, como acesso a benefícios ou auxílio com alimentos, encaminhamento aos órgão parceiros, CRAS, CREA, Conselho Tutelar, tudo isso nos permite criar um ambiente de desenvolvimento integral, onde as crianças podem crescer de maneira saudável e segura, com o apoio necessário para enfrentar os desafios do dia a dia.

6. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Registro no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA;
Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS
Lei de Utilidade Pública Municipal;
Lei de Utilidade Pública Federal;

Recursos humanos: Atualmente a instituição conta com um quadro de funcionários efetivos de 13 pessoas, sendo, 01 Diretora Administrativa, 05 Educadoras Sociais, 01 Orientadora Pedagógica, 01 Assistente Social, 01 Assistente Financeira, 02 cozinheiras, 01 mensageiro e 01 captadora de recursos.

Instalação Física: sala para o serviço social, de reuniões, orientação pedagógica, departamento financeiro,



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

salão de eventos, refeitório, cozinha com despensa, refeitório, 4 banheiros com 5 instalações cada, sala de reforço, biblioteca, 06 salas de atendimentos, sala de vídeo com bancos estofados, 02 estoques, quadra coberta e área coberta de convívio e interação.

Mobiliários: 11 computadores, 01 televisão 50 polegadas com acesso à internet, mesas e cadeiras individuais (para os inscritos), mesas e cadeiras de escritórios (para os funcionários), 02 geladeiras, 03 fridges, fogão industrial, 01 forno a gás, 01 impressora profissional (preto e branco), 05 impressoras coloridas.

Experiência de execução – 07/2022 – 71/2024

7. SINTESE DA PROPOSTA

7.1. Identificação do Objetivo (Geral e Específico)

OBJETO: Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Amparo Eurípedes Novelino, visando a manutenção da instituição e conseqüentemente a continuidade dos serviços, programas e projetos de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias. Ofertar atividades que promovam o acesso à cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes de 04 a 16 anos.

OBJETIVO GERAL: Assegurar o pagamento de despesas de custeio da instituição, compra de bens permanentes, por meio da transferência de recursos, contribuindo para manutenção da instituição, pelo período de 05 (cinco) meses.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Realizar o pagamento das despesas da instituição;

Adquirir materiais permanentes pensando o crescimento e desenvolvimentos das ações da instituição;

Possibilitar a continuidade dos serviços, programas, projetos e oficinas para a melhoria de vida de nossas crianças e adolescentes.

7.2. Resultados esperados

Pagamento das despesas de custeio da Instituição;

Diminuição de fatores de risco pessoal e social;

Melhoria na qualidade de vida das crianças e adolescentes e suas famílias inscritas no Projeto.

7.3. Metas

Pagar parte das despesas mensais da OSC pelo período de 05 (cinco) meses;

Dar continuidade aos serviços, programas e projetos da instituição;

Manter 160 crianças e adolescentes de 04 a 16 anos nas atividades desenvolvidas;

Contribuir para a proteção social de crianças e adolescentes.

7.4. Público beneficiário

O projeto irá atender 160 crianças e adolescentes de 04 a 16 anos que se encontram em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e inscritos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

7.5. Forma de execução das atividades

Data, hora, local de realização das atividades:

Segunda a sexta:

Manhã: 07h às 11h

Tarde: 13h às 17h

Local: Amparo Eurípedes Novelino, Rua Vereador João Pacheco, nº 944 Bairro Várzea.

Alimentação: A alimentação de nossas crianças e adolescentes é dada todos os dias nos dois períodos, sempre procurando dar uma alimentação saudável e nutritiva.

METODOLOGIA DE TRABALHO:

Sempre buscando oferecer acesso à educação, redução da evasão escolar, habilidades sociais, emocionais, prevenção do trabalho infantil, redução da violência e criminalidade, inclusão social, fortalecimento familiar. Acreditamos que nosso projeto é essencial para criar um futuro mais equitativo e próspero para todos. Na busca de garantir que as crianças mais vulneráveis recebam as condições básicas para um desenvolvimento saudável e produtivo em nossa metodologia de trabalho, adotamos uma abordagem centrada no afeto e no cuidado diário, oferecido por toda equipe técnica da OSC, com foco tanto nas crianças inscritas quanto em suas famílias. Essa metodologia é baseada em cinco pilares principais.

1. Acolhimento Afetivo e Cuidado Diário

Priorizamos um ambiente acolhedor e seguro, onde cada criança e família se sinta valorizada e respeitada. O relacionamento é construído com base na confiança e no afeto, de modo que cada inscrito receba atenção individualizada, levando em conta suas necessidades emocionais e sociais. O contato diário com as crianças e suas famílias nos permite identificar rapidamente quaisquer desafios ou situações de vulnerabilidade, permitindo uma resposta ágil e eficiente.

2. Auxílio nas Atividades Escolares

O acompanhamento escolar é um componente central de nossa metodologia. Apoiamos as crianças com reforço nas atividades escolares, auxiliando na compreensão dos conteúdos e na realização das tarefas. Esse suporte visa complementar o ensino regular, estimulando o desenvolvimento acadêmico e evitando a evasão escolar. Nossos profissionais estão sempre disponíveis para esclarecer dúvidas e orientar as crianças de acordo com o seu ritmo de aprendizado, promovendo um ambiente onde elas se sintam encorajadas a se desenvolver.

3. Promoção de Atividades Físicas e Recreativas

Acreditamos que o desenvolvimento físico é tão importante quanto o intelectual e emocional. Por isso, oferecemos atividades físicas e recreativas, que promovem não apenas a saúde, mas também a integração social e o bem-estar emocional das crianças. Atividades esportivas, brincadeiras ao ar livre e práticas recreativas são organizadas de forma regular, visando o desenvolvimento motor, a cooperação e a disciplina.

4. Assistência Personalizada às Famílias

Nossa metodologia também envolve o apoio direto às famílias. Reconhecemos que cada família enfrenta diferentes desafios e, por isso, oferecemos assistência personalizada com base nas necessidades específicas de cada uma. Isso pode incluir desde terapias, orientações sobre saúde e alimentação, até suporte em questões sociais, como acesso a benefícios ou auxílio com alimentos. O acompanhamento é contínuo, buscando garantir que as famílias estejam fortalecidas e capacitadas para prover um ambiente estável e saudável para as crianças.

5. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

É o serviço ofertado pela instituição hoje efetivamente a um grupo de 32 crianças e a metodologia de trabalho busca atender os objetivos previstos nos serviços, programas e projetos. Todos os nossos usuários participam dos projetos da instituição e as atividades desenvolvidas são previamente planejadas e, sempre que necessário, serão adequadas às características dos usuários. Todos os grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
 amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

social. Os grupos contam com atendimento individual e orientação de profissionais habilitados para trabalhar com crianças e adolescentes e suas famílias.

Para garantir um desempenho e desenvolvimento integral a avaliação continuada vem configurando-se como um processo constante adotado pela instituição, mostrando-se essencial para garantir a qualidade do trabalho, pois possibilita reflexões sobre dados significativos, visando prover mudanças para a superação das dificuldades. Sendo assim, a avaliação deve ocorrer em várias dimensões: com as crianças e adolescentes assistidos, com famílias assistidas, com funcionários e equipe técnica atuantes no serviço, bem como voluntários e diretoria. É realizada por meio de pesquisa de satisfação dos usuários periodicamente.

7.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

As formas de aferição dos cumprimentos das metas compreendem: listas de presença, relatórios de atividades, fichas de atendimento, fotografias, divulgação nas redes sociais, contra cheques, notas fiscais, prestação de contas e reuniões periódicas entre os responsáveis pela execução do Projeto.

7.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Formação	Função	Carga horária semanal
Superior Completo	Diretora Administrativa	40h
Superior Completo	Assistente Financeiro	40h
Fundamental Incompleto	Cozinheira	40h
Ensino Médio	Mensageiro	40h

8. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)
Pessoal e Encargos Sociais	RS 64.592,75
Material de Consumo	RS 2.100,00
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	RS 7.307,25
Aluguel/Locação	*****
Materiais Permanentes e Obras	RS 4.006,18
TOTAL	RS 78.006,18

8.1. Detalhamentos das despesas

8.1.1. Pessoal e Encargos Sociais

Item	Cargo	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Diretora Administrativa	05	R\$ 3.852,00	R\$ 19.260,00
02	Assistente Financeiro	05	R\$ 3.060,00	R\$ 15.300,00



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
 amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

03	Cozinheira	05	R\$ 2.246,65	R\$ 11.233,25
05	Mensageiro	05	R\$ 3.759,90	R\$ 18.799,50
Subtotal				R\$ 64.592,75

8.1.2. Material de Consumo

Item	Especificação	Qtde. /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Gás de cozinha	21	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 2.100,00

Obs.: Deverá ser bem especificado (Se é em caixas e quantas unidades...)

8.1.3. Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica

Item	Especificação	Qtde. mês	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Desp. Segurança/Alarme	05	R\$ 364,10	R\$ 364,10	R\$ 1.820,50
02	Desp. água e esgoto	05	R\$ 636,93	R\$ 636,93	R\$ 3.184,65
03	Despesa Internet e telefonia	05	R\$ 450,57	R\$ 450,67	R\$ 2.302,85
SUBTOTAL					R\$ 7.307,25

8.1.4. Aluguel/Locação

Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
SUBTOTAL					

8.1.5. Equipamentos/materiais permanentes e obras

Item	Especificação	Qtde /material	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Registrador de ponto Eletrônico	01	R\$ 1.807,08	R\$ 1.807,08	R\$ 1.807,08
02	Filtro de água soft	01	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
03	Celular 4G – 128GB	01	R\$ 899,10	R\$ 899,10	R\$ 899,10
SUBTOTAL					R\$ 4.006,18

TOTAL GERAL	R\$ 78.006,19
--------------------	----------------------

9. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSES					



AMPARO EURÍPEDES NOVELINO

Rua Vereador João Pacheco, 944. B. Várzea – Patos de Minas – MG
amparomaternalpatos@gmail.com – CNPJ: 23.097.645/0001-90

10. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

11. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Patos de Minas, 18 de fevereiro 2025

Assinatura do Representante Legal - Presidente

Assinatura do Tesoureiro da OSC

12. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de .

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

plano_de_trabalho_assinado_031742238848809.pdf

Código do documento 2028a00a-26b1-4c02-9cae-67eb950f4cf2



Assinaturas



Jorgiane Suelen de Sousa
jorgiane@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Jorgiane Suelen de Sousa

Eventos do documento

31 Mar 2025, 12:11:59

Documento 2028a00a-26b1-4c02-9cae-67eb950f4cf2 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-03-31T12:11:59-03:00

31 Mar 2025, 12:12:43

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2025-03-31T12:12:43-03:00

31 Mar 2025, 16:51:17

JORGIANE SUELEN DE SOUSA **Assinou** (cdf7fcef-8d9f-4722-bb63-3221d65577e7) - Email: jorgiane@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.38 (138-0-64-38-cgnat.onnetelecom.com.br porta: 39842) - [Geolocalização: -18.5916042 -46.527103](#) - Documento de identificação informado: 054.040.686-47 - DATE_ATOM: 2025-03-31T16:51:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f4c0976a48feb4462f5ebe60fc0f707ac7117e25c5012831fa9676ec9a3632e7
(SHA512):69aff90a6e4b6500b083c96b2740c69c65b2a0ae344a6a92a2896c8f615e21a8712159c2b02b78b4c858fb9cf3909a6de053c61e5367d1ee4c9cb649f0874217

Hash do documento anexo

(SHA256):e3b832cabbd40ce080b24fc42c938f9ac920e796cb82b974a8d69b06f47583d6
(SHA512):c828617a8283db8ddb0e8dbd82e2730d8fda5bc5af10cf3a14e281c1b91552419829e71073421acc2beb0fb979fad91c851921e93112d2898f5de409ec2cc21

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Termo de Fomento nº 16/2025, Organização da Sociedade Civil, Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Patos De Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais e auxílio) visando a compra de materiais de consumo e permanentes para atender as necessidades da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil reais). Assinatura: 11/04/2025, Vigência: 31/12/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 17/2025, Organização da Sociedade Civil, Conselho De Desenvolvimento Comunitário De Baianos E Café Patense, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (auxílio) visando a aquisição de materiais permanentes para atender as necessidades da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 4.199,90 (quatro mil, cento e noventa e nove reais e noventa centavos). Assinatura: 15/04/2025, Vigência: 31/07/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 19/2025, Organização da Sociedade Civil, Associação Dos Amigos Da Comunidade Rural De Posses Do Chumbo, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais e auxílio) visando a compra de material de consumo e permanentes para atender as necessidades da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 7.583,15 (sete mil quinhentos e oitenta e três reais e quinze centavos). Assinatura: 15/04/2025, Vigência: 31/08/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 20/2025, Organização da Sociedade Civil, Associação Dos Deficientes Visuais De Patos De Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando à manutenção dos serviços prestados pela Entidade e atendimentos aos usuários: crianças, adolescentes, adultos e idosos, com deficiência visual (cegueira ou baixa visão) ou pessoas em situações de vulnerabilidade e seus familiares, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). Assinatura: 15/04/2025, Vigência: 31/01/2026. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 21/2025, Organização da Sociedade Civil, Rotary Club De Patos De Minas Sertão, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições) visando cobrir despesas com o projeto "Nutrir e Suplementar", com o intuito de fornecer suplementação nutricional para pacientes oncológicos e/ou portadores de doenças debilitantes que necessitem de aporte nutricional suplementar através de fórmulas compostas dos nutrientes necessários à recuperação ou manutenção do estado nutricional e estejam em vulnerabilidade socioeconômica, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 8.079,85 (oito mil, setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Assinatura: 15/04/2025, Vigência: 31/07/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 22/2025, Organização da Sociedade Civil, Amparo Euripedes Novelino, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando a manutenção da instituição e consequentemente a continuidade dos serviços, programas e projetos de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais). Assinatura: 22/04/2025, Vigência: 31/12/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Convênio nº 02/2025, Parte: Caixa Escolar Aristeu Ramos, Objeto: Tem por objeto efetivar o repasse de subvenção social à Conveniada, visando a melhoria e qualidade do estabelecimento de ensino, Valor: R\$ 17.000,00 (dezessete mil, reais), Assinatura: 14/04/2025, Vigência: 31/07/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Rescisão do Termo de Responsabilidade de Adoção nº 06/2025 – firmado entre o Município de Patos de Minas e Daniela Peres Damasceno. Assinatura: 15/04/2025. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Responsabilidade de Adoção 11/2025, Adotante: Luis Alberto Pereira. Objeto: Tem por objeto a adoção do seguinte equipamento público, no âmbito do Programa Viva Patos: PRAÇA - localizada na confluência da Rua Francisco Vieira da Cunha com a Rua João de Aquino Nunes, no bairro Jardim Panorâmico, entre as quadras 10, 19 e 24 do setor 42. Vigência: 14/04/2025 a 14/04/2030. Patos de Minas, 24 de abril de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Secretaria Municipal de Planejamento

Expediente

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2025/POSTURAS/SEPLAN

Estabelece as metas de produtividade fiscal individual e por equipes aplicáveis aos fiscais de posturas, para o segundo quadrimestre do ano de 2025 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Planejamento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 99, § 1.º, III da Lei Orgânica e considerando o que determina o art. 5.º da Lei n.º 5.105 – de 05 de dezembro de 2001 e Lei n.º 5.503 de 29 de dezembro de 2004; considerando Lei Complementar 553 de 08 de maio de 2017.

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam estabelecidas metas para efeito da apuração de produtividade fiscal a que se refere à Lei n.º 5.105 – de 05 de dezembro de 2001, conforme descrição seguinte:

I – Metas por equipes:

EQUIPE I – CCPS, IFS, JGS, RIVM

A) Realizar atualização da área de utilização das empresas no cadastro mobiliário com o mínimo de 80 ações (peso 2)

B) Atuação no combate ao comércio ambulante irregular; com mínimo de 12 apreensões, (peso 3);

C) Realizar notificação do imóveis baldios/sujos e sem calçada que se encontram em desconformidade com a Lei Complementar 699/2023 com o mínimo de 400 notificações. (peso 1)

D) Realizar notificação do imóveis/empresas sem o suporte para colocação de lixo e em desconformidade com a Lei Complementar 699/2023 em relação ao acondicionamento do lixo com o mínimo de 80 notificações. (peso 2)

E) Atuar no combate a utilização indevida do logradouro público para a colocação de faixas, cartazes, placas, mesas e cadeiras, abandono/comércio de veículos, reserva de vagas e pinturas de garagem com o mínimo de 80 notificações. (peso 2)

F) Realizar plantões conforme escala e outras atividades a serem estabelecidas pelo Secretário de Planejamento e Diretor de Regulação Urbana. (peso 1)

EQUIPE II- ACC, FPMN, JSS, MBC.

A) Realizar atualização da área de utilização das empresas no cadastro mobiliário com o mínimo de 80 ações (peso 2)

B) Atuação no combate ao comércio ambulante irregular; com mínimo de 12 apreensões, (peso 3);

C) Realizar notificação do imóveis baldios/sujos e sem calçada que se encontram em desconformidade com a Lei Complementar 699/2023 com o mínimo de 400 notificações. (peso 1)

D) Realizar notificação do imóveis/empresas sem o suporte para colocação de lixo e em desconformidade com a Lei Complementar 699/2023 em relação ao acondicionamento do lixo com o mínimo de 80 notificações. (peso 2)

E) Atuar no combate a utilização indevida do logradouro público para a colocação de faixas, cartazes, placas, mesas e cadeiras, abandono/comércio de veículos, reserva de vagas e pinturas de garagem com o mínimo de 80 notificações. (peso 2)

F) Realizar plantões conforme escala e outras atividades a serem estabelecidas pelo Secretário de Planejamento e Diretor de Regulação Urbana. (peso 1)

EQUIPE III – GJSD

